

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Gazeta Mercantil Class.: Pacto Amazônico
 Data 29.11.77 Pg.: 1 16

Em busca de ^{Amazônia - política} um tratado amazônico ^{EM 29/11/77}

por Antonio Gouveia Jr.
de Brasília

"Dirigir as setas da colaboração não mais para fora mas para o interior do Continente." Com esta colocação sobre os rumos que devem ser seguidos pelos países latinos americanos, o ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, instalou ontem em Brasília a Conferência dos Países da Região Amazônica, que discutirá o texto do Pacto Amazônico proposto pelo Brasil aos seus vizinhos da fronteira norte.

No discurso aos participantes da conferência — mais de vinte delegados enviados pela Venezuela, Peru, Colômbia, Bolívia, Equador, Guiana e Suriname — o chanceler brasileiro chamou a atenção para as posições comuns assumidas pelos países presentes na defesa dos seus interesses econômicos nas conferências internacionais. Disse Silveira que, "comprometidos com a causa da reforma da ordem econômica internacional, cabe-nos demonstrar, por atos, a capacidade de substituímos a dependência ver-

tical em relação ao mundo industrializado".

Como autor da idéia da assinatura do Pacto Amazônico, o Brasil apresentou aos demais participantes da reunião um anteprojeto de tratado que servirá de base às negociações. Em seus vinte artigos, o anteprojeto procura estabelecer normas para impulsionar o desenvolvimento do vale amazônico, através da integração econômica e social entre os países da região. Mais do que isso, porém, o projeto brasileiro pretende "reservar", com exclusividade, às nações da área, a responsabilidade pelo desenvolvimento da Amazônia, como reconheceu o ministro das Relações Exteriores, numa alusão às frequentes iniciativas da internacionalização da Amazônia.

Todavia, ao que parece preocupado com as dificuldades enfrentadas pelo Brasil para conseguir juntar à mesa de negociações as demais nações sul-americanas, Azeredo da Silveira fez questão de enfatizar que "o governo brasileiro não pretende impor fórmulas unilaterais na feitura do acordo".

"Não haverá", disse ele, "parceiros maiores ou menores nem divisão entre maioria e minoria, pois o consenso terá de ser a marca das decisões."

A preocupação do ministro brasileiro justificava-se, face ao longo caminho que teve de ser percorrido para que a conferência pudessem ser instalada. O projeto de um tratado para a Amazônia — em parte, semelhante ao da Bacia do Prata — nasceu no início de 1976, mas o Brasil só conseguiu a adesão das demais nações amazônicas no início do segundo semestre deste ano. Até então alguns países — principalmente a Venezuela —, aparentemente viam com restrições a iniciativa brasileira e procuravam nela identificar uma tentativa de hegemonia em prejuízo dos demais interessados. Com a aproximação entre Caracas e Brasília e a recente visita do presidente venezuelano, Carlos Andrés Pérez, as desconfianças pareciam ter sido afastadas e abriu-se o caminho à instalação da Conferência.

Quando aqui esteve, Carlos Andrés Pérez manifestou a preferência do seu país pelas fórmulas de colaboração regional que levam em conta os acordos já em funcionamento com a ALALC, o SELA e o Pacto Andino. O ministro Silveira, no seu discurso, afirmou que o Brasil pretende compatibilizar o Pacto Amazônico com os demais esquemas de cooperação continental. Mas ele entende que não há como vincular o Pacto Amazônico às normas do Pacto Andino

pois "é diversa a natureza destes projetos". O que parece significar que o governo brasileiro não aceita aplicar, na sua região da Amazônia, as normas restritivas ao capital estrangeiro em vigor na região do Pacto Andino.

O anteprojeto brasileiro — que será discutido até amanhã — consagra a posição assumida na região do Prata, de ausência de consultas para a exploração dos rios de curso sucessivo, a menos que haja "prejuízo sensível". Ele cria também comissões permanentes inter-regionais para discutir os problemas comuns da região.

(Ver íntegra na página 5)

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil Class.: Pacto Amazônico
 Data: 29.11.77 Pg.: 5 16

PACTO AMAZÔNICO

Caráter episódico *Amazônia Política*

deve ser eliminado"

O ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, abriu ontem, em Brasília, a reunião preparatória sobre a cooperação multinacional com a presença de representantes dos países da região amazônica. E a seguinte a íntegra do seu discurso:

Com a aspiração de unir esforços para o desenvolvimento da Amazônia, congregam-se, hoje, nesta sala, pela primeira vez, representações de todos os países da região, numa reunião multinacional destinada a estudar as formas e modalidades dessa cooperação.

Ao transmitir os votos de boas-vindas do governo brasileiro às delegações aqui presentes, quero assinalar o considerável caminho percorrido desde o lançamento da idéia no começo deste ano.

Moveu-nos, naquele momento, a percepção de que as transformações que se operam na Amazônia e os contatos internacionais por elas gerados justificavam, e exigiam mesmo, o reconhecimento de direito do que ocorria de fato: a existência na área de um processo de cooperação em nível regional.

A unânime receptividade e o vivo interesse que acolheram essa sugestão vieram provar que já se encontravam plenamente amadurecidas as condições para dar-lhe forma e realidade. Foi somente após adquirir a certeza dessa confluência de vontades que o Brasil se animou a tomar sua segunda iniciativa na matéria: a apresentação de um anteprojeto de tratado para servir de base às conversações.

Inspirado em experiências similares de cooperação regional no continente e cuidadoso em respeitar as áreas de competência específica de outros instrumentos, o documento de trabalho brasileiro vem merecendo exame prioritário e minucioso das chancelarias interessadas. Tampouco permaneceu alheia a esse debate a opinião pública dos países amazônicos, cuja atenção participante tem sido solicitada por artigos e declarações que se multiplicam.

Por mais diversas que sejam as origens e os objetivos dessas manifestações, um balanço sintético permite, desde já, chegar a uma notável conclusão: nem uma só voz se levantou, até agora, para negar que a colaboração entre os países da Amazônia é um imperativo histórico exigido pela consciência dos povos da região.

A coincidência que, de forma tão significativa, se registra entre os governos e a opinião pública nos impõe, agora, um novo passo. Adiantados os estudos nos âmbitos nacionais, trata-se, a partir de hoje, de iniciar, em nível regional, o intercâmbio construtivo e harmonioso dos pontos de vista.

A meta que nos orienta é, evidentemente, a de alcançar no prazo breve reclamado por uma região cansada de adiamentos passados, o consenso necessário para criar instrumentos que tornem possível e efetiva a colaboração mútua no desenvolvimento amazônico.

Sem querer prejudicar as conclusões na busca de entendimento a que nos vamos dedicar, alentame a esperança de que não será difícil confluir para a vasta área de convergência criada pela comunidade de interesses e pela disposição de todos de respeitar e acomodar as necessidades de cada um.

Com efeito, o texto encaminhado pelo Brasil ao exame dos demais países apresenta características de um amplo acordo-quadro, que estabelece as coordenadas gerais da colaboração, com flexibilidade para amoldá-la às circunstâncias e exigências das partes.

Seu principal objetivo é instituir um mecanismo permanente que regularize os contactos entre os governos da região, eliminando o caráter episódico e descontínuo que os tem prejudicado no passado.

Os princípios que presidiram à construção do mecanismo formam, em conjunto, uma articulação equilibrada e realista, cuja concepção procurou obter o máximo aproveitamento do potencial da cooperação.

O primeiro desses princípios é o que visa a reservar, com exclusividade, às nações da área, a responsabilidade pelo desenvolvimento da Amazônia. Ao mesmo tempo, teve-se o cuidado de claramente reconhecer, no projeto, o contorno das esferas de soberania. Não se tenciona, de forma alguma, superpor critérios multilaterais aos nacionais. Ao contrário, proclama-se que o esforço interno continuará a ser o fator fundamental e prioritário no desenvolvimento dos territórios amazônicos.

Outro princípio básico que se propõe para a definição do sistema é o da absoluta igualdade das partes, com expressão prática na regra da unanimidade das decisões. Não haverá, em nossa opinião, parceiros maiores ou menores, nem divisão entre a maioria e minoria. O consenso terá de ser a marca das decisões.

Dentre as linhas-mestras que orientam a proposta brasileira, sobressai, também, a preocupação de compatibilidade com outros esquemas de cooperação no continente. A ALALC, o Grupo Andino, o Tratado da Bacia do Prata ou o SELA são iniciativas que não se excluem ou hostilizam, já que suas respectivas jurisdições se exercem sobre temas ou áreas diferentes. O critério distintivo nem sempre é o dos limites geográficos, como entre a Bacia do Prata e o Grupo Andino, mas o temático, tal como se vê entre o SELA e a ALALC. O que caracteriza cada uma dessas entidades é a presença de um fator aglutinador, seja uma região, seja uma programação setorial, seja, ainda, a coordenação de posições econômicas, com força bastante para servir de comum denominador a vários países.

Da mesma forma, o Pacto Amazônico não deseja usurpar áreas ocupadas. O que se deseja é preencher lacunas e mobilizar a cooperação numa área até agora sem aproveitamento: a da integração física.

É certo que alguns dos países amazônicos, a começar pelo Brasil, já tomam parte em outros foros. E o caso, também, dos cinco membros do Grupo Andino.

E, porém, diversa a natureza desses projetos. O Grupo Andino busca a integração das economias, mediante a unificação tarifária e, sobretudo, a programação setorial. O processo amazônico ora em estudo não tem nenhuma competência nessas matérias e prefere dirigir a atenção a aspectos inexplorados.

Claro está que a melhoria da infra-estrutura de transportes e comunicações deve, em boa lógica, conduzir a economias de escala. O intercâmbio se fará, porém, dentro dos parâmetros traçados pelos acordos de comércio aos quais pertençam os países da região.

Se, no caso dos andinos, o fator aglutinador é o desejo de criar um mercado ampliado através da soma de cinco economias, para o processo amazônico, o elemento catalizador é a própria realidade física de uma imensa região que é preciso vincular, povoar e desenvolver.

Na realidade, o que surpreende não é o atual convite para estruturar um sistema de cooperação em torno do Amazonas. O estranho é que tenham tardado tanto em se materializar propostas que tomam como foco uma região que cobre nada menos do que um terço da América do Sul.

Empenhado em esforço perseverante para incorporar à vida nacional a parcela que lhe cabe da Amazônia, entende o Brasil que chegou, igualmente, a hora de tratar como uma unidade, dentro de empreendimentos conjuntos, questões que afetam oito países vinculados por características geográficas comuns. Ao tomar esta iniciativa, confirma o Brasil sua vocação para multiplicar vínculos adicionais entre os países do continente e gerar áreas sempre novas ao convívio e à convergência das nações sul-americanas.

Essa diplomacia de projeto, essa invenção criadora de razões para colaboração é a que melhor convém à região amazônica, onde o desafio consiste não tanto em regular relações existentes, mas em estimular, pela ação catalizadora, projetos originais de transformação. Em lugar de obedecer simplesmente à realidade, trata-se de domá-la e de colocá-la a serviço do homem.

Ao dar início à exploração sistemática desse potencial, se estará também fazendo obra mais vasta de reforço dos laços de cooperação política e econômica entre nações sul-americanas com problemas semelhantes de desenvolvimento. Comprometidos com a causa da reforma da ordem econômica internacional, cabe-nos demonstrar, por atos, a capacidade de substituímos a dependência vertical em relação ao mundo industrializado pelo esforço de inverter esse movimento, dirigindo as setas da colaboração não mais para fora, mas para o interior do continente.

Com essa nota de esperança, declaro abertos os trabalhos desta reunião, fazendo votos para que o progresso resultante de suas deliberações faça do encontro um dos mais importantes marcos para o progresso de cada um de nossos países e para o desenvolvimento geral da América Latina.